

COMANDO VERMELHO

PGR denuncia TH joias, desembargador e Bacellar

FAUSTO MACEDO
E FELIPE DE PAULA/AE

A Procuradoria-Geral da República denunciou o presidente afastado da Assembleia Legislativa do Rio, Rodrigo Bacellar, o ex-deputado fluminense TH Joias, e o desembargador federal Macário Ramos Júdice Neto por suposta obstrução e vazamento de investigações que envolvem lideranças do Comando Vermelho.

Agora cabe ao Supremo analisar se aceita a denúncia apresentada pela PGR. Caso a acusação seja recebida, Bacellar, TH Joias e Macário passarão à condição de réus e responderão a um processo penal na Corte. O relator da investigação é o ministro Alexandre de Moraes. Em nota, a defesa de Bacellar afirmou que a acusação da PGR "está baseada

em ilações e narrativas repetidamente refutadas". Segundo a Polícia Federal, Bacellar é suspeito de ter vazado informações da Operação Zargun, em que o então deputado estadual TH Joias foi preso acusado de ligação criminosa com a facção.

TH foi detido em 3 de setembro por tráfico de drogas, corrupção e lavagem de dinheiro. Ele é suspeito de negociar armas, fuzis e equipamentos antidrones para o Comando Vermelho e de usar o mandato para favorecer os criminosos. A suspeita de vazamento da Operação Zargun foi levantada pelo procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro, Antonio José Campos Moreira, no dia da prisão de TH.

Naquele mês, ele anunciou a abertura de investigação sobre possível vazamento de informações da operação, após indícios

de tentativa de fuga e destruição de provas.

As investigações da Operação Zargun identificaram um esquema de corrupção envolvendo a liderança da facção no Complexo do Alemão e agentes políticos e públicos, incluindo um delegado da PF, policiais militares, ex-secretário municipal e estadual e TH Joias.

A organização, segundo a PF, se infiltrou na administração pública "para garantir impunidade e acesso a informações sigilosas, além de importar armas do Paraguai e equipamentos antidrone da China, revendidos até para facções rivais".

Rodrigo Bacellar foi preso em 12 de dezembro pela Polícia Federal, no âmbito da Operação Unha e Carne. A ordem de prisão foi expedida pelo ministro Alexandre de Moraes, relator da

ADPF das Favelas. De acordo com Moraes, a PF argumentou que Bacellar orientou TH Joias na "remoção de objetos de sua residência", indicando um envolvimento direto "no encobrimento do investigado à atuação dos órgãos de persecução penal".

Bacellar, afastado da presidência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, renovou o pedido de licença do mandato. Ele está sem exercer o cargo desde 10 de dezembro. Bacellar ocupava o comando da Casa desde 2023. Nesse período, chegou a ocupar interinamente o cargo de governador na ausência do titular Cláudio Castro (PL).

Cinco dias depois da prisão determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, o plenário da Assembleia do Rio decidiu, por 42 votos a 21, pela soltura de Bacellar.

Quem é a médica que morreu durante troca de tiros em Cascadura

A médica Andréa Marins Dias, de 61 anos, morreu após ser baleada durante uma abordagem policial em Cascadura, na zona norte do Rio, na noite de domingo passado.

Ginecologista, cirurgiã geral e cirurgiã oncológica, com mais de 28 anos de experiência no cuidado da saúde da mulher, Andréa desenvolveu um método, chamado de EndoPlena, para "ajudar mulheres com endometriose a entenderem a dor, buscarem diagnóstico precoce e tomarem decisões seguras sobre o tratamento".

"Fiz duas residências, cinco anos de residência. Duas de geral e duas de oncológica no Inca", conta em um vídeo publicado nas redes sociais. Andréa era especializada no tratamento de endometriose.

A Unimed Nova Iguaçu lamentou a morte da médica. "Agradecemos por sua dedicação e trabalho junto à nossa cooperativa e comunidade, sempre marcada pela dedicação à saúde suplementar e ao cooperativismo".

Oficiais localizaram o carro, além de uma moto e um Jeep Commander. Os suspeitos teriam fugido e disparado contra os policiais, que revidaram.

Após a perseguição, os policiais encontraram o corpo de Andrea com perfurações de disparos de arma de fogo no banco do motorista de um Corolla Cross. Não há informações se o carro de Andrea era o mesmo que estava sob suspeita.

A secretaria de Polícia Militar diz que, por determinação do secretário de Estado de Polícia Militar, foi instaurado um procedimento apuratório para apurar os fatos ocorridos durante a ação, que resultou na morte da vítima.

"Vale informar que os policiais que faziam parte da equipe de agentes que efetuou a abordagem portavam as câmeras corporais. Os dispositivos e as armas utilizadas pelos agentes estão à disposição do procedimento investigativo pela Polícia Civil", diz a PM.

Em nota, a PM diz que a Secretaria de Estado de Polícia Militar colabora integralmente com as investigações conduzidas pela Delegacia de Homicídios da Capital (DHC).

O caso foi encaminhado para a Delegacia de Homicídios (DH-Capital), que informou que "diligências estão em andamento para apurar os fatos."

Leilões de energia definem expansão do setor elétrico e movimentam investimentos no Brasil

FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



POR BÁRBARA SOUZA

Os leilões de energia têm papel central no planejamento do setor elétrico brasileiro e na definição de novos investimentos em geração e transmissão. Realizados e organizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, os certames determinam quais projetos serão contratados para atender a demanda futura por eletricidade, além de indicar o ritmo de expansão da infraestrutura energética no país.

No final de outubro do ano passado, por exemplo, um leilão na sede da B3, em São Paulo, contratou sete lotes de projetos de transmissão e garantiu cerca de R\$ 5,53 bilhões em investimentos no setor elétrico.

Segundo a agência reguladora, pode gerar economia estimada em R\$ 11,5 bilhões para os consumidores ao longo dos contratos de concessão. No modelo brasileiro, os leilões são organizados com base em estudos técnicos elaborados pela Empresa de Pesquisa Energética. O mecanismo permite que empresas disputem contratos de longo prazo para construir e operar usinas ou linhas de transmissão, garantindo oferta futura de energia ao sistema elétrico.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética, os leilões são parte da estratégia de planejamento da expansão do setor e buscam garantir o atendimento ao crescimento do consumo de eletricidade no país. Em nota técnica sobre o tema, a instituição afirma que os certames contribuem para "assegurar a expansão da oferta de energia de forma coordenada com as necessidades do sistema elétrico".

Além de orientar o planejamento energético, os leilões movimentam volumes relevantes de investimento. Nos certames de transmissão realizados nos últimos anos, o total previsto para implantação de novas linhas e subestações tem alcançado bi-

lhões de reais. Esses projetos incluem a construção de milhares de quilômetros de redes de transmissão, com impacto direto na infraestrutura elétrica e na integração do sistema nacional.

Para o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sandro Avelar, o modelo de leilões tem papel na expansão do setor. "Os leilões são instrumentos que permitem contratar a infraestrutura necessária para atender o crescimento da demanda por energia, com participação de investidores privados", afirmou em apresentação recente sobre o planejamento do setor.

Os certames também indicam mudanças na matriz elétrica brasileira. Nos leilões de geração realizados nos últimos anos, projetos de fontes renováveis passaram a ocupar parte das contratações, com participação de usinas eólicas, solares e hidrelétricas. Dados da Empresa de Pesquisa Energética mostram que essas fontes vêm ampliando presença na capacidade instalada do país.

Outro fator relevante é a expansão da rede de transmissão, necessária para conectar áreas de produção de energia aos centros consumidores. Regiões com forte crescimento de geração renovável, como o Nordeste, dependem da construção de novas linhas para escoar a eletricidade para outras partes do sistema.

De acordo com o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Luiz Carlos Ciochi, a ampliação da rede é parte do processo de integração do sistema. "A expansão da transmissão é essencial para permitir o aproveitamento dos recursos energéticos disponíveis em diferentes regiões do país", afirmou em evento do setor elétrico.

O modelo de leilões também busca promover concorrência entre empresas interessadas em desenvolver projetos de energia. Nesse formato, vence o participante que apresenta a proposta com menor custo para a construção ou operação da infraestrutura, dentro das regras definidas pelo governo.

Esse mecanismo, segundo pessoas do ramo, contribui para dar previsibilidade ao setor elétrico, ao mesmo tempo em que abre espaço para a entrada de novos investidores em projetos de geração e transmissão. A expectativa de crescimento da demanda por eletricidade nas próximas décadas é real. Segundo o Ministério de Minas e Energia e da Empresa de Pesquisa Energética, o consumo de eletricidade no país deve crescer em média 3,3% ao ano até 2035, de acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2035). Assim, os leilões devem continuar sendo um dos principais instrumentos de expansão do sistema energético brasileiro.

COMO FOI BALEADA?

A PM fazia um patrulhamento quando recebeu a informação de que um veículo Corolla Cross seria responsável por roubos na região. Segundo o registro policial, os

INSS

MPF propõe que prédio abandonado no Rio vire moradia popular

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

As 115 pessoas em situação de vulnerabilidade econômica que ocupam há vários anos um prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na Rua do Riachuelo, centro do Rio, podem ter direito a ocupar definitivamente o imóvel. O Ministério Público Federal (MPF) apresentou à Justiça Federal proposta para destinar o prédio à habitação de interesse social.

O local abandonado há mais de 30 anos abriga atualmente a Ocupação Gilberto Domingos, que tem entre os 115 moradores 36 crianças e adolescentes, além de 14 idosos. A medida tem por finalidade assegurar direitos fundamentais das famílias residentes e encerrar a disputa judicial envolvendo a posse do imóvel.

Muitos moradores exercem atividades informais na região central da cidade e têm filhos matriculados em escolas próximas, o que, de acordo com o MPF, reforça a importância da permanência na área.

"A manutenção dos ocupantes na localidade é necessária para a garantia de uma série de direitos fundamentais, entre os quais o direito à moradia, à educação e ao acesso ao trabalho", afirma o procurador da República Julio Araujo, responsável pela manifestação no processo.

CONSENSO

A proposta de acordo foi apresentada em reunião de mediação realizada em fevereiro de 2026. Participaram representantes do INSS, da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), da Advocacia-Geral da União (AGU), do Mi-

nistério das Cidades, além de integrantes da sociedade civil e moradores da ocupação.

Segundo informações divulgadas pelo Ministério Público Federal, no encontro, o INSS reafirmou não ter interesse em retomar o imóvel e manifestou apoio à destinação para fins de regularização fundiária e habitação social. De acordo com o MPF, a SPU também indicou que o prédio está entre as prioridades para análise e possível transferência de gestão, por se tratar de bem não operacional da autarquia.

"É nítido que nenhuma das partes deseja o prosseguimento da ação de reintegração de posse, haja vista que tanto a União quanto sua autarquia sinalizaram o desejo de que seja conferida ao imóvel uma destinação compatível com o interesse social", afirmou o procurador Julio Araujo.

Para ele, a construção de um acordo permite compatibilizar o aproveitamento adequado do patrimônio público com a proteção dos direitos fundamentais das famílias que atualmente residem no local.

O MPF defende que o acordo contemple o reconhecimento do desinteresse do INSS no imóvel, a destinação do prédio para habitação de interesse social e a extinção da ação possessória em curso.

O documento também prevê a avaliação de instrumentos de regularização fundiária que respeitem a organização coletiva já existente na ocupação. Entre as alternativas apontadas estão a inclusão da comunidade em programas habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida Entidades, ou a concessão de direito real de uso coletivo do imóvel.

Abuso sexual

PSOL pede inquérito sobre jogo no ITA com base no caso Epstein

LEONARDO SIQUEIRA/AE

O deputado estadual Guilherme Cortez (PSOL) e o mandato coletivo da Bancada Feminista (PSOL) acionaram o Ministério Público Federal para pedir a instauração de inquérito no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) sobre um jogo de computador inspirado no caso Epstein.

A representação, à qual o Estadão teve acesso, solicita a apuração de eventual violação dos direitos humanos, responsabilidade institucional no caso, existência de protocolos de prevenção e enfrentamento à violência de gênero, análise do projeto acadêmico e adoção das providências cabíveis.

Os parlamentares também pedem que o ITA faça parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência de Gênero no Ambiente Universitário, iniciativa que visa acolher e combater a violência de gênero no ambiente acadêmico.

A decisão surgiu após um grupo de alunos do curso de Engenharia de Computação do ITA apresentar na última quarta-feira, 11, um projeto de jogo de computador em sala de aula envolvendo o financista americano Jeffrey Epstein, acusado de liderar uma rede de exploração e tráfico sexual de menores de idade.

O jogo simulava situações de perseguição contra uma personagem feminina de 15 anos sequestrada, mantida em uma ilha por seis homens e obrigada a fugir.

"Nossas instituições públicas de ensino precisam desenvolver tecnologias para resolver os problemas da sociedade e não aprofundá-los", disse o autor da denúncia, Guilherme Cortez, ao Estadão.

Para Cortez, os meninos hoje estão sendo expostos, através das redes sociais, a "ideias de reafirmação do ódio às mulheres", o que fica evidente por uma escalada nos casos de violência de gênero.

O deputado afirma ser de-

fensor da liberdade de ensino, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas isso "não pode significar o direito de fazer apologia ao crime", diz.

O QUE DIZ O ITA?

Anteriormente, a instituição afirmou que o tema específico "foi imediatamente descartado após ser identificado como inapropriado" e que o caso "está sendo tratado de forma célere e responsável, dentro das normas vigentes".

"Ações de conscientização serão reforçadas junto à comunidade discente por meio do Grupo de Trabalho de Equidade de Gênero e demais órgãos da estrutura administrativa e acadêmica do Instituto", informou o instituto.

A atividade fazia parte de uma aula voltada à concepção de jogos interativos, com o objetivo de desenvolver habilidades de programação e estruturação de código, esclareceu a Força Aérea Brasileira (FAB), por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

De acordo com o órgão, os estudantes foram convidados a apresentar propostas iniciais de temas a serem trabalhados ao longo do bimestre, exclusivamente no âmbito acadêmico.

A Associação dos Engenheiros do ITA (AEITA), o Centro Acadêmico Santos Dumont (Casd) e a Associação Atlética Acadêmica do ITA publicaram notas de repúdio ao episódio, afirmando que é inaceitável tratar com banalidade a violência sexual. Segundo as entidades, a atitude não reflete os valores da instituição.

Em meio às manifestações de repúdio, alunas e ex-alunas comentaram que o episódio não seria isolado. Segundo relatos, situações semelhantes já teriam ocorrido outras vezes sem mudanças efetivas. Algumas alunas relataram receio quanto à própria segurança dentro da instituição.

Lançamento

Plano Clima tem meta de reduzir emissões até 2035

O governo federal lançou ontem em Brasília o Plano Clima, documento que orienta Estado e sociedade para enfrentarem a crise climática.

O plano descreve ações de mitigação e adaptação para o Brasil ser uma economia de baixo carbono, sustentável do ponto de vista socioambiental.

A meta principal do plano é reduzir entre 59% e 67% as emissões de dióxido de carbono até 2035 (percentuais da meta são relativos a 2005). A contenção será caminho para que até 2050 não haja mais emissões dos gases de efeito estufa no Brasil.

A elaboração do plano começou em 2023, envolveu a participação de 24 mil pessoas e resultou em cerca de 5 mil propostas apresentadas em diversas etapas de elaboração sintetizadas e escolhidas pelo Comitê Intermistierial sobre Mudança Climática (CIM), formado por 25 pastas ministeriais.

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

"Nós tivemos um processo com ampla participação da sociedade civil", lembrou a ministra Marina Silva (Meio Ambiente e Mudanças Climáticas).

Segundo ela, "o Plano Clima orientará as ações do governo tanto nas agendas de adaptação, mitigação" e servirá para reorientar as nossas ações nas agendas de desenvolvimento."

"A gente vive uma situação gravíssima de emergência climática" e "o Plano Clima é a principal estratégia do governo para o enfrentamento aos graves problemas da mudança do clima que já estão nos assolando", segundo a ministra Marina Silva, se referindo a desastres e incidentes como os que ocorreram na Bahia (2021), no Rio Grande do Sul (2023), em São

Sebastião (2024), no litoral paulista, nas super secas e cheias na Amazônia (também em 2024) e à tragédia no mês passado na zona da mata de Minas Gerais, que resultou em 70 mortes.

O Plano Clima contará com financiamento do Eco Invest Brasil (investimentos privados); recursos nacionais e de cooperação global da Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP, sigla em inglês); e verbas do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), operado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para este ano, o Fundo Clima disporá de mais de R\$ 33 bilhões. A maior parte em recursos reembolsáveis ao BNDES (R\$ 27,5 bilhões).

LIDERANÇA GLOBAL

Em nota divulgada à im-

prensa, o ministro Rui Costa (Casa Civil) avaliou que "o Plano Clima representa um novo passo do governo do presidente Lula para posicionar o Brasil na liderança global da agenda ambiental." Segundo ele, a iniciativa "é também um chamado à ação para estados, municípios, setor privado e sociedade civil."

A ministra Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação) assinalou que "o Plano Clima consolida a ciência como base para as ações de enfrentamento à crise climática" e que o país com a proposta não está "apenas reagindo aos desastres", mas "antecipando soluções."

Os ministérios do Meio Ambiente e Mudança Climática; Ciência, Tecnologia & Inovação; e a Casa Civil formaram o comitê executivo que liderou a elaboração do Plano Clima.

STF

Fachin defende que juízes tenham integridade na vida pública e privada

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin(foto), disse ontem que juízes devem manter integridade na vida pública e privada.

Fachin participou, de manhã, de uma aula magna no curso de direito do Centro Universitário de Brasília (Ceub), instituição particular da capital federal.

Ao comentar sobre os desafios contemporâneos da Corte, o ministro disse que os magistrados devem seguir princípios que já fazem parte das normas disciplinares dos juízes. Fachin também afirmou que "ninguém tem uma Constituição para chamar de sua".

"Há, nada obstante, diretrizes que podem ser recolhidas da experiência e de cartas de princípios nacionais e internacionais. Integridade na vida pública e privada, uma vez que [o magistrado] deve adotar comportamento irrepreensível na vida pública e privada", disse o ministro.

O presidente também afirmou que os juízes devem ser prudentes ao se manifestarem sobre processos que são submetidos a julgamento e devem recusar o recebimento de vantagens.

"Por isso que é vedado receber benefícios, presentes ou vantagens de pessoas interessadas em processos", comentou.

SEPARAÇÃO

Fachin também voltou a defender a separação entre os Três Poderes. O ministro disse que a Corte acumulou "razoável expansão de sua atuação" por determinação da Constituição e ao ser impulsionada pelos debates de outros atores.

"A autocontenção não é fra-



queza. É respeito à separação de poderes que, em última análise, é ela própria uma exigência constitucional", completou.

CÓDIGO DE ÉTICA

Fachin defende adoção de um Código de Ética para os ministros do Supremo. No mês passado, a ministra Cármen Lúcia foi designada para relatar a proposta de criação da norma.

O anúncio sobre a criação de um código de ética ocorreu em meio à investigação sobre o Banco Master e às citações aos nomes dos ministros Alexandre Bolsonaro apresenta melhora clínica, mas segue em UTI

Boletim médico divulgado ontem pelo Hospital DF Star indica que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro apresentou

melhora clínica e laboratorial ao longo das últimas 24 horas.

Bolsonaro está internado na unidade de terapia intensiva (UTI) da unidade desde a manhã da última sexta-feira, tratando de uma broncopneumonia bacteriana bilateral de provável origem aspirativa.

De acordo com a equipe médica, houve recuperação da função renal e melhora parcial de marcadores inflamatórios, "denotando resposta favorável à antibioticoterapia instituída".

Ainda segundo o boletim, Bolsonaro permanece internado na unidade de terapia intensiva (UTI), com suporte clínico intensivo, fisioterapia respiratória e motora e sem previsão de alta. O documento é assinado pelo cirurgião-geral Cláudio Bi-

rolini; pelos cardiologistas Leandro Echenique e Brasil Caiado; pelo coordenador da UTI Geral, Antônio Aurélio de Paiva Fagundes Júnior; e pelo diretor-geral do hospital, Allisson B. Barcelos Borges.

ENTENDA

O ex-presidente está detido na Papudinha (prédio no Complexo Penitenciário da Papuda), onde cumpre pena de 27 anos e 3 meses, por tentativa de golpe de Estado e outros crimes relacionados.

Na última sexta-feira, ele passou mal e foi levado por uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) ao Hospital DF Star, com febre alta, queda da saturação de oxigênio, sudorese e calafrios.

Câmara

Polícia Legislativa investiga ameaça de morte à deputada

PEDRO PENTEADO/AE

O Departamento de Polícia Legislativa da Câmara (Depol) abriu investigação sobre as ameaças de morte, estupro e tortura recebidas pela deputada federal Carol Dartora (PT-PR) pelo e-mail institucional da Casa.

Ao Estadão, a equipe da parlamentar confirmou que as investigações já começaram após o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), autorizar a abertura de processo.

A mensagem foi recebida às 2h46 da madrugada de domingo. O remetente se identificou como Lucas Bovolini Martins, com um endereço do serviço criptografado Proton-Mail, com sede na Suíça. O assunto do e-mail dizia que ela iria "pagar" e utilizava insultos racistas e misóginos.

Além de acionar o Depol, Dartora pediu à Polícia Federal abertura de inquérito. O gabinete notificou a Procuradoria-Geral da República, o Ministério da Justiça, a Secretaria da Mulher da Câmara e a liderança do PT na Casa, hoje chefiada por Pedro Uczai. O Procurador Geral da República Paulo Gonet também recebeu comunicação formal.

A mensagem continha outros ataques racistas, misóginos e contra a população

LGBTQIA+. Em trecho divulgado pela deputada, o autor escreve: "Vou te encontrar e fazer você pagar por cada palavra de m... que você já disse. Vou te estuprar até você não aguentar mais... Você vai morrer, sua preta de m..."

O caso não é isolado. Em 4 de fevereiro de 2025, a deputada estadual Lívia Duarte (PSOL-PA), primeira parlamentar negra da Assembleia Legislativa do Pará, recebeu mensagem eletrônica remetida sob o mesmo nome, Lucas Bovolini Martins.

Era a terceira ameaça de morte que ela recebia. O ofício enviado à Depol aponta escalada progressiva de violência entre os dois episódios: a mensagem dirigida a Dartora acrescenta descrições detalhadas de violência sexual às ameaças de morte do caso anterior.

Nos ofícios, Dartora pede investigação por ameaça qualificada, injúria racial, violência política de gênero e ciberterrorismo. O gabinete solicita cooperação internacional para identificar o autor, dado que o ProtonMail opera sob jurisdição suíça.Em comunicação a Motta, a parlamentar classifica o episódio como ataque ao exercício do mandato e pede reforço de segurança e medidas institucionais de proteção.

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou ontem a apreensão do azeite de oliva extravirgem San Olivetto, da empresa Agro Indústria e Cerealista Norte Para-

ná Ltda.

Publicada no Diário Oficial da União (DOU), a resolução proíbe ainda a comercialização, a distribuição, a fabricação, a importação, a propaganda e o uso do produto.

Em nota, a agência informou que a origem deste azeite é desconhecida. "O rótulo indica como importadora a Agro Indústria e Cerealista Norte Paraná Ltda. A empresa, no entanto, está com CNPJ suspenso por in-

consistência cadastral desde 22/5/2025".

"Já a distribuidora, a empresa Comercial Alimentícia e Cerealista Capixaba Ltda, está com CNPJ baixado por encerramento desde novembro de 2024", concluiu a Anvisa.

PUNIÇÃO PREMIADA

Juízes: Dino acaba com a aposentadoria compulsória

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Flávio Dino (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu em liminar assinada ontem acabar com a aposentadoria compulsória como punição a magistrados condenados administrativamente por irregularidades no exercício do cargo.

“Não existe mais aposentadoria compulsória como ‘punição’ a magistrados, em face da Emenda Constitucional 103 (Reforma da Previdência). Infrações graves de magistrados devem ser punidas com a perda do cargo”, propôs o ministro como tese de julgamento”.

A decisão é monocrática e deverá ainda ser analisada pelo próprio Supremo, que decidirá se a mantém ou não. Ainda não há data nem prazo para que isso ocorra.

Dino tomou a decisão em uma ação aberta por um magistrado que foi punido com a aposentadoria compulsória pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Entre as irregularidades estavam a liberação de bens bloqueados sem parecer do Ministério Público e demora



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

deliberada em processos para beneficiar policiais militares milicianos.

A aposentadoria compulsória do magistrado havia sido confirmada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Dino determinou que o órgão julga novamente o processo e, caso decida pela punição máxima, oficie o TJRJ para que desligue o juiz de seus

quadros.

Dino justificou sua decisão aplicando as regras da Reforma da Previdência de 2019, que extinguiu qualquer outro critério de aposentadoria de servidores que não levasse em consideração apenas a idade ou o tempo de contribuição.

Com isso, o ministro concluiu que a previsão de aposen-

tadoria de juízes como forma de punição se tornou inconstitucional, tendo que ser substituída pela perda de cargo.

O ministro determinou o envio de ofício ao presidente do CNJ, ministro Edson Fachin, “para - caso considerar cabível - rever o sistema de responsabilidade disciplinar no âmbito do Poder Judiciário”.

Em 20 anos, CNJ puniu 126 magistrados com aposentadoria compulsória

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou ontem que 126 magistrados foram condenados pelo órgão à aposentadoria compulsória desde 2006.

O número foi divulgado após o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidir que a perda do cargo, e não a aposentadoria compulsó-

ria, pode ser aplicada como pena máxima aos magistrados condenados administrativamente pelo conselho.

O CNJ foi criado em 2005 e é responsável pelo julgamento de faltas disciplinares cometidas por juízes e desembargadores.

Ao longo da história, o CNJ aplicou a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). A norma definiu que são penas

disciplinares a advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço e aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Esta última é a punição mais grave.

Antes da decisão de Dino, magistrados mantinham o recebimento mensal dos vencimen-

tos após a condenação pelo órgão.

Para o ministro, é “estranho” que a aposentadoria seja aplicada como punição. “Aplicada após o devido processo legal, a depender do grau de reprovabilidade da conduta, a penalidade pode corresponder até mesmo à perda do cargo público”, afirmou o ministro.

VIDEO

Gleisi processa Flávio por ser associada a organizações criminosas

GUILHERME CAETANO/AE

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais do governo Lula, Gleisi Hoffmann (**foto**), entrou com uma ação ontem, contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) por um vídeo em que ela é associada a organizações criminosas.

A defesa de Gleisi diz que Flávio faz uso "nefasto do abuso" do direito de expressão e inviolabilidade parlamentar "com o intuito de aniquilar a reputação de adversários políticos, por meio de propagação de medo e ódio". A ministra pede indenização por danos morais e a remoção do conteúdo.

O senador foi procurado pela reportagem, mas não quis se manifestar.

O vídeo alvo da ação foi publicado por Flávio no domingo, 15. Com o uso de inteligência artificial, a publicação usa a imagem de Gleisi para vinculá-la à violência e à criminalidade. "As ligações do PT com o submundo parecem não ter limites. Lula e o PT sempre acabam se alinhando com o que não presta", escreveu o senador.

"Você já percebeu como eles tentam inverter o jogo? Acuse-os do que você faz, chame-os do que você é. O mesmo palco eles dividem, e até elogios eles trocam", diz a narração, sem mencionar nominalmente nem Lula nem Gleisi. "Para eles, traficante é vítima e deve ser bancado pelo go-



WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

verno. E quando surge a chance de endurecer contra as facções, eles dão um jeito de barrar”.

A declaração faz referência a uma frase dita por Lula durante uma entrevista coletiva em Jacarta, Indonésia. O petista afirmou na ocasião que traficantes de drogas também seriam vítimas dos usuários. Ele mais tarde se desculpou pelo comentário.

O governo Lula também tem sido criticado pela resistência em acatar o pedido do governo Trump para classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas. Críticos dessa iniciativa no governo alegam que a denominação pode abrir um flanco para interferência militar americana em solo brasileiro, sob o pretexto de combate ao crime, mas a oposição aproveita da posição

de Lula para dizer que ele visa, no fundo, proteger as facções.

Tanto a esquerda quanto o bolsonarismo vêm usando associações com o crime organizado como meio de atingir adversários. Na semana passada, Gleisi e Guilherme Boulos, ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, publicaram nas redes sociais um vídeo que atribui a Flávio ligações com organizações criminosas.

Flávio afirmou na ocasião, em nota: "O PT mente. Essa é mais uma fake news para tentar salvar Lula e todos aqueles que estão consumindo o Estado por dentro. A única coisa que o nome Flávio Bolsonaro representa para qualquer facção ou grupo criminoso é algoz”.

Na medida em que o tema da segurança pública parece ganhar centralidade para as elei-

ções de outubro, por outro lado, governo e oposição tentam se colar a iniciativa de combate ao crime. O Ministério da Justiça e a bancada bolsonarista do Congresso vêm tentando influenciar o quanto podem o direcionamento dado ao texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, em tramitação no Legislativo.

Embora a PEC tenha sido proposta pelo governo Lula, a oposição mexeu no texto e levou a discussão para medidas mais palatáveis ao eleitorado conservador, como o endurecimento de penas a criminosos, inclusive propondo reduzir a maioria penal, o que a esquerda em geral é contra.

Uma pesquisa Genial/Quaest divulgada em novembro mostrou que 88% dos entrevistados afirmavam que as penas deveriam ser mais altas, enquanto 73% defendiam que organizações criminosas fossem classificadas como terroristas, justamente o que o governo Lula não quer.

Por mais que a segurança pública seja atribuição de Estados e municípios e não do governo federal, o Palácio do Planalto pode colher esse desgaste nas eleições de outubro. Por isso, vem tentando desde 2024 se blindar das críticas, ao propor tanto a PEC quanto outras medidas como o projeto de lei Antifacção, também em tramitação no Congresso.

MINAS GERAIS

Governo anuncia R\$ 60 milhões para reconstruir escolas

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O governo federal anunciou ontem a destinação de quase R\$ 60 milhões para reconstrução de escolas na Zona da Mata Mineira, região afetada por fortes chuvas nas últimas semanas. O anúncio foi feito pelo ministro da Educação, Camilo Santana, durante reunião com a prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão.

Os recursos serão usados principalmente para a construção de novas unidades escolares, em substituição a escolas da rede municipal que sofreram danos estruturais. Ao todo, cinco escolas serão reconstruídas em Juiz de Fora, além de uma unidade no município de Ubá.

“O objetivo é assegurar que as escolas tenham condições de funcionamento o mais rápido possível, ao mesmo tempo em que avançamos na reconstrução das unidades mais afetadas”, disse o ministro Camilo Santana.

RECURSOS

Além das novas construções, o Ministério da Educação vai liberar R\$ 5,08 milhões em apoio emergencial para reparos em escolas da rede municipal de Juiz de Fora.

O valor será repassado diretamente às unidades por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os recursos

deverão financiar intervenções como pintura, manutenção e recuperação de estruturas danificadas pelas chuvas.

ESCOLAS

Em Juiz de Fora, as escolas municipais que receberão novas instalações são:

- Antônio Faustino da Silva,
- Santa Catarina Labouré,
- Clotilde Peixoto Hargreaves,
- Georg Rodembach e
- Adenilde Petrina.

Também está prevista a reconstrução da Escola Municipal Deputado Filipe Balbi, em Ubá.

Levantamento da Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora enviado ao ministério identificou 122 unidades educacionais afetadas, entre escolas e creches.

Entre os principais problemas registrados estão:

- 13 unidades com danos estruturais ou risco à infraestrutura,
- 33 unidades com alagamentos ou infiltrações,
- 76 unidades com necessidade de manutenção e pequenos reparos.

Durante a agenda, o ministro também informou que o governo está em diálogo com o Conselho Nacional de Educação (CNE) para avaliar possíveis ajustes no calendário escolar, a fim de evitar prejuízos aos estudantes das redes municipais afetadas pelas chuvas.

ADI

STF mantém limite de candidatos por partido nas eleições

PEDRO PENTEADO/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por unanimidade, a constitucionalidade das regras que limitam o número de candidatos registrados por partidos nas eleições proporcionais. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7017, em sessão virtual concluída em 24 de fevereiro.

A decisão mantém em vigor a regra do artigo 10 da Lei das Eleições (Lei 9.504/1997), alterada pela Lei 14.211/2021: cada partido pode registrar, no máximo, um candidato a mais do que o número de vagas em disputa em cada circunscrição.

Em um Estado com dez cadeiras na Câmara dos Deputados, por exemplo, a legenda pode inscrever até 11 candidatos. A mesma lógica vale para assembleias legislativas, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as câmaras municipais.

A lei aprovada pelo Congresso previa duas exceções. Nos Estados com até 18 deputados federais, os partidos poderiam registrar candidatos a deputado federal e estadual em número equivalente a até 150% das vagas, margem maior para acomodar a menor representação dessas unidades da federação.

Nos municípios com até 100 mil eleitores, a mesma proporção de 150% valeria para o registro de candidatos a vereador. O então presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou esses dispositivos em 2021, e o Congresso não derrubou o veto. Com a decisão do STF, os vetos permanecem válidos e a regra geral de 100% mais um se aplica a todas as cir-

cunscrições.

A ação foi proposta pelo Cidadania. O partido alegou inconstitucionalidade formal no processo legislativo que originou a Lei 14.211/2021. Segundo a legenda, a presidência do Senado Federal ajustou a redação do texto aprovado pelo Congresso antes de encaminhá-lo ao então presidente da República, o que teria viabilizado o veto às exceções previstas no projeto original.

O Cidadania sustentou que a mudança violou o devido processo legislativo e os princípios democrático e da legalidade.

O relator, ministro Kassio Nunes Marques, julgou a ação improcedente. Para ele, não houve alteração de conteúdo, mas apenas correção de erro de formatação.

A Lei Complementar 95/1998, que regula a técnica legislativa, determina que exceções à regra geral sejam previstas em parágrafos, e não em incisos, como constavam no projeto. O Senado adequou o texto a essa exigência sem modificar a substância da norma.

O ministro afastou, ainda, a tese de violação ao devido processo legislativo e aos princípios democrático e da separação dos Poderes.

Nunes Marques ressaltou que correções internas do Poder Legislativo não autorizam intervenção do STF, salvo em caso de violação direta à Constituição.

"A judicialização da política, nesse caso, seria uma tentativa de reverter no Tribunal uma derrota sofrida na arena democrática", afirmou o relator. Os demais ministros acompanharam o voto integralmente.

FORÇA GENOCIDA

Israel diz ter destruído avião de Ali Khamenei em aeroporto de Teerã

ADRIANA VICTORINO/AE

Israel afirmou ontem, que destruiu o avião do ex-líder supremo do Irã Ali Khamenei no Aeroporto Mehrabad, em Teerã, durante a madrugada. A Força Aérea Israelense alegou que a aeronave foi utilizada por Khamenei **(foto)** para "promover aquisições militares e gerenciar as relações com países aliados por meio de voos domésticos e internacionais", segundo informações do The Times of Israel.

O IDF informou que a destruição do "ativo estratégico" seria um ataque contra as "capacidades de coordenação" do país iraniano com outros grupos aliados, e sua "construção de poder militar e as capacidades de recuperação do regime."

O aeroporto de Mehrabad, que opera principalmente voos domésticos, já havia sido alvo de ataques israelenses e dos Estados Unidos no início do mês. "Atacaram a área ao redor do aeroporto Mehrabad", localiza-



WIKIPÉDIA

do a oeste da capital iraniana, informou a agência notícias Mehr.

Cerca de 16 aeronaves foram destruídas no ataque, de acordo com as Forças de Defesa de Israel (IDF). Segundo os militares, os aviões eram utilizados pela Força Quds, braço externo da Guarda Revolucionária Islâmica, para financiar e abastecer grupos aliados, como o Hezbollah no Líbano.

20Susie Wiles

Chefe de gabinete de Trump é diagnosticada com câncer de mama

Susie Wiles, chefe de gabinete do presidente Donald Trump na Casa Branca - e a primeira mulher a ocupar tal cargo -, anunciou ontem, que foi diagnosticada com câncer de mama. Segundo Wiles, a doença foi detectada em seu estágio inicial. Ela afirmou ainda que permanecerá trabalhando e não planeja tirar licença.

Wiles disse ainda que iniciará um tratamento na região de Washington em breve, mas não deu detalhes sobre o procedimento.

"Quase uma em cada oito mulheres nos Estados Unidos enfrentará esse diagnóstico", disse ela em um comunicado ao The New York Times.

"Todos os dias, essas mulheres continuam a criar suas famílias, ir trabalhar e servir suas comunidades com força e determinação. Agora, eu me junto a elas."

Wiles disse ao NYT que contou ao presidente sobre seu diagnóstico depois de tê-lo recebido na semana passada.

"Sou grata por ter uma equipe médica excepcional que detectou o câncer precocemente e está acompanhando

do meu tratamento, e me sinto encorajada pelo prognóstico positivo", disse ela. "Também sou profundamente grata pelo apoio e incentivo do Presidente Trump enquanto me submeto ao tratamento e continuo exercendo minha função atual."

Ao descrever seu prognóstico como "bom", Wiles disse que o presidente havia formado "uma equipe eficaz ao seu redor", que garantiria que não houvesse interrupções durante seu tratamento

O diagnóstico foi anunciado por Trump no Truth Social. Na postagem, ele afirma que a chefe de gabinete é "uma das pessoas mais fortes que conheço" e que "durante o período de tratamento, ela passará praticamente o tempo todo na Casa Branca, o que me deixa, como presidente, muito feliz!"

"A força e o comprometimento dela em continuar fazendo o trabalho que ama e faz tão bem, enquanto está em tratamento, dizem tudo o que você precisa saber sobre ela", disse ele, acrescentando mais tarde: "Melania e eu estamos com ela em todos os sentidos".

2027

Eleições municipais teste aos partidos antes de disputa presidencial

As eleições municipais francesas realizadas no domingo passado, representaram um teste antecipado para as máquinas eleitorais dos partidos políticos antes da corrida presidencial do ano que vem, que definirá o sucessor do atual presidente, Emmanuel Macron. O primeiro turno das votações elegeu prefeitos e suas equipes em toda a França, desde pequenas vilas até as maiores cidades.

Embora o foco principal tenha sido em questões locais, a votação foi analisada em busca de indícios de como os partidos poderão se sair na eleição presidencial de 2027, quando termina o segundo e último mandato de Macron, e em particu-

lar se o partido de extrema-direita Reagrupamento Nacional (RN), de Marine Le Pen, continua ganhando terreno.

Mais de 904 mil candidatos a cargos municipais em cerca de 35 mil vilas, cidades e municípios concorreram às urnas no domingo. Nos locais onde o resultado ainda não foi definido, um segundo turno, no próximo domingo, determinará o resultado final.

As atenções se voltaram para as disputas em cidades importantes, incluindo Paris. Os resultados oficiais eram esperados ainda na noite de domingo. A atual prefeita socialista Anne Hidalgo, eleita em 2014 e reeleita em 2020, decidiu não concorrer a um terceiro mandato.

GUERRA NO IRÃ

Europeus reagem à pressão de Trump por ajuda em Ormuz

ADRIANA VICTORINO/AE

Líderes europeus reagiram ao apelo do presidente Donald Trump para formar uma coalizão internacional destinada a garantir a segurança do Estreito de Ormuz, rota estratégica para o transporte mundial de petróleo e atualmente bloqueada pelo Irã. No sábado, Trump afirmou que pretendia reunir países como China, França, Japão, Coreia do Sul e Reino Unido para proteger a passagem.

"É lógico que aqueles que se beneficiam dessa rota ajudem a garantir que nada de ruim aconteça lá", declarou Trump ao Financial Times. O republicano advertiu que a ausência de resposta ou uma recusa ao pedido seria "muito ruim para o futuro da Otan" e ameaçou adiar uma cúpula com o presidente chinês, Xi Jinping, caso Pequim não colabore na reabertura do estreito.

O Reino Unido afirmou que trabalha com aliados em um plano para restabelecer a nave-

gação, mas "não se deixará arrastar para uma guerra mais ampla", afirmou o primeiro-ministro Keir Starmer. Segundo ele, o país busca "um plano coletivo viável" e a operação não seria conduzida pela Otan. Londres avalia, por exemplo, o uso de drones de detecção de minas já posicionados na região, o que poderia não envolver envio de navios de guerra britânicos.

Em conversa telefônica com Starmer no domingo, passado Trump reiterou a "a importância de reabrir o estreito de Ormuz", informou Downing Street.

A Alemanha também rejeitou a ideia de uma mobilização da Aliança Atlântica. Segundo o porta-voz do governo, Stefan Kornelius, a guerra entre Israel, Estados Unidos e Irã não está relacionada à Otan. "A Otan é uma aliança para a defesa do território" de seus membros e, na situação atual, "não existe mandato para mobilizar a Otan", afirmou Kornelius, em coletiva de imprensa.

Reino Unido não se envolverá em 'conflito mais amplo' no Oriente Médio

THAIS PORSCH/AE

O primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, afirmou ontem que o Reino Unido não se envolverá no "conflito mais amplo" no Oriente Médio, mas reconheceu a importância de manter o Estreito de Ormuz aberto e que está trabalhando com aliados para decidir o que fazer.

Starmer disse que trabalhará

com parceiros europeus em um plano para reabrir o Estreito, após o presidente dos EUA, Donald Trump, pedir aos aliados que enviem navios para a região. "Não seremos atraídos para a guerra mais ampla. Mas, em última análise, temos que abrir o Estreito de Ormuz. Isso não é uma tarefa simples", pontuou ele em uma coletiva de imprensa em Downing Street.

Ministro alemão diz que Otan não possui 'qualquer papel' no Estreito de Ormuz

O ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Johann Wadephul, afirmou que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) não tem qualquer papel no Estreito de Ormuz e que, se for o caso, comitês da aliança tratarão do assunto

"adequadamente".

"Naturalmente, todos têm interesse em garantir a liberdade de navegação no Estreito de Ormuz", disse Wadephul a repórteres ontem.

Wadephul defendeu que é importante descobrir, junto a Is-

O ministro da Defesa alemão, Boris Pistorius, disse que o país não oferecerá "nenhuma participação militar", embora possa "garantir, por via diplomática, a segurança do tráfego pelo Estreito de Ormuz". "Esta guerra começou sem qualquer consulta prévia", enfatizou.

Na Itália, o chanceler Antonio Tajani manifestou apoio ao reforço de missões navais da União Europeia no Mar Vermelho, mas considerou improvável estender essas operações ao Estreito de Ormuz. "Não creio que essas missões possam ser ampliadas para incluir o Estreito de Ormuz, especialmente porque se trata de missões de combate à pirataria e de defesa", afirmou Tajani.

Em Bruxelas, a chefe de diplomacia europeia, Kaja Kallas, disse que o bloco discute possíveis medidas para manter a rota aberta, mas vários ministros pediram tempo antes de alterar o mandato da missão naval Aspides.

"Temos interesse em manter

aberto o Estreito de Ormuz e, por isso, estamos discutindo o que podemos fazer a esse respeito do lado europeu", disse Kallas, antes do início da reunião em Bruxelas ontem.

Outros países também se mostraram reticentes. O ministro da Defesa do Japão, Shinjiro Koizumi, afirmou ao Parlamento que o país não considera ordenar uma missão desse tipo "na atual situação do Irã".

A primeira-ministra, Sanae Takaichi, declarou não ter recebido um pedido formal de Trump e ressaltou que o envio de forças ao exterior é politicamente sensível e juridicamente complexo em um país cuja Constituição renuncia à guerra.

"A questão é o que o Japão deve fazer por iniciativa própria e o que é possível dentro de nosso marco legal, em vez do que é solicitado pelos Estados Unidos", disse ela ao parlamento. "Solicitamos a diversos setores de vários ministérios que discutam isso", afirmou. *(Com agências internacionais)*

Starmer também alertou que o presidente russo, Vladimir Putin, esta se beneficiando do conflito, já que o preço do petróleo disparou e Trump suspendeu as sanções sobre a energia russa. "É vital que continuemos a focar em apoiar a Ucrânia. Não podemos permitir que a guerra no Golfo Pérsico se transforme em um ganho inesperado para Putin", enfatizou.

Casa Branca: aliados da Otan precisam intensificar atuação no Estreito de Ormuz

A secretária de Imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, afirmou que aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) precisam intensificar a atuação no Estreito de Ormuz e pediu que países apoiem o presidente dos EUA, Donald Trump, enquanto ele enfrenta "o regime desonesto

do Irã".

"Mais uma vez, os EUA estão liderando o caminho não apenas para apoiar e proteger nossos ativos e bases americanas no Oriente Médio, mas também para defender a Europa no Oriente Médio e o resto do mundo do regime iraniano desonesto, impedindo que eles

obtenham uma bomba nuclear", disse Leavitt em entrevista à Fox News, nesta segunda-feira.

Segundo Leavitt, Trump conversou com representantes de diversos países nos últimos dias, incluindo aliados na Europa e no Golfo.

A secretária também disse

que a esperada reunião de Trump com o presidente da China, Xi Jinping, marcada para abril, pode ser adiada e que, caso o cancelamento aconteça, uma nova data será anunciada em breve, sem fornecer mais detalhes. "Trump estava animado para o encontro com Xi", acrescentou.

CRISE ECONÔMICA

Cubanos residentes no exterior poderão investir e possuir negócios na ilha

Cubanos residentes no exterior agora poderão investir e possuir empresas na ilha, anunciou ontem, um alto funcionário da área econômica, em um anúncio de uma reforma crucial em um momento em que a economia enfrenta dificuldades de-

vido à intensa pressão dos Estados Unidos.

"Cuba está aberta a ter uma relação comercial fluida com empresas americanas" e "também com cubanos residentes nos Estados Unidos e seus descendentes", disse Oscar Perez-

Oliva Fraga, ministro do Comércio Exterior e vice-primeiro-ministro, à NBC News.

O governo do presidente Donald Trump impôs um bloqueio de petróleo ao governo cubano, enquanto Washington pressiona por uma mudança de

regime, tornando a vida ainda mais difícil para as pessoas que já sofrem com a escassez de alimentos e apagões frequentes, em uma Cuba comunista que enfrenta dificuldades sob as sanções comerciais dos EUA desde 1962.